

SISTEMAS AGROALIMENTARES GERAIZEIROS COMO PRÁTICAS DE AGRICULTURA RESILIENTE AO CLIMA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO TAPERA (RIACHO DOS MACHADOS-MG)

Gabriel Costa Ribeiro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS-Unimontes)

E-mail: gabrielcostaribeiro@gmail.com

Introdução

O presente trabalho deriva de discussões e imersões de campo realizadas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro”, executado desde 2023 por integrantes do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-Unimontes). Seu objetivo é analisar técnicas de recomposição da biodiversidade e da oferta de água a partir de sistemas agroalimentares tradicionais no assentamento geraizeiro da Tapera, em Riacho dos Machados-MG. A pesquisa se justifica devido ao fato de que estudos de análise espacial têm indicado grau elevado de recomposição florística de maciços de cerrado anteriormente degradados pela monocultura de eucalipto, fenômeno ocasionado, em hipótese, de experiências de resistência e produção agroextrativista. Trazendo para o atual contexto de mudanças climáticas, o presente estudo de caso buscará trazer e discutir como um conjunto de famílias da Tapera tem apresentado soluções por intermédio de práticas de agricultura resiliente ao clima, e quais são os desafios observados para se consolidar e perpetuar esse trabalho no contexto comunitário.

Fundamentação teórica

As próximas linhas buscarão trazer à tona a relevância de definições como *camponês* e *agricultor familiar* na constituição do geraizeiro como etnicidade ecológica, remetendo a uma bibliografia interessada nas dinâmicas agrárias brasileiras relacionadas ao universo rural.

O modo de vida camponês é historicamente caracterizado por elementos orientados a partir da relação entre terra, trabalho e família. Essa conjugação se dá de forma muito diversa, sobretudo pelas necessidades do grupo doméstico, mas também prezando pela autonomia organizativa da coletividade local. O esforço do camponês em aperfeiçoar sua produção é descrita por Mendras (1978) como *arte*, pelo qual a força de trabalho é orientada pelo valor de uso, e não pelo valor de troca, e a terra não é tratada como capital ou mercadoria geradora de lucro, mas como meio de vida. O autor também identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas: *a relativa autonomia face a sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; a sociedade de interconhecimento; o sistema econômico de autarcia relativa; e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a global*. Por exemplo: é a necessidade de trabalhar para se nutrir que permeia a concepção de família camponesa como força de trabalho familiar que se relaciona com a terra, numa concepção de economia não necessariamente monetária.

As culturas camponesas só poderão ser bem compreendidas a partir de suas manifestações particulares, das racionalidades que modulam esses processos e das práticas de apropriação e organização social, cultural, material, espacial, familiar e produtiva em seus territórios. Remetendo ao contexto geraizeiro, é possível observá-la nas formas de manejo dos recursos naturais existentes para a criação e aperfeiçoamento de sistemas agroalimentares baseados na criação de animais, e coleta/beneficiamento de frutos nativos para complemento alimentar e usos medicinais, nos mesmos moldes do que se convencionou

definir por estudiosos do campesinato brasileiro como sistema “policultura-pecuária” (WANDERLEY, 1996 p.3).

Existem autores que abordam o campesinato como ordem moral, como expressão de moralidade, de uma ética campesina, ou ainda, do ponto de vista valorativo e simbólico, partindo do significado subjetivo da terra (WOORTMAN, 1983; WOORTMAN, 1990). Tais aspectos são fundamentados na ordem valorativa do simbólico para que se alcancem as conexões significativas para esses sujeitos, na construção de uma ética compartilhada. Partindo dessa perspectiva, o modo de vida geraizeiro revela-se como importante aliado na conservação dos gerais e do cerrado, pois formam paisagens produtivas que proporcionam a continuidade dos serviços ambientais prestados pelo bioma, como a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono. Quando recebem a alcunha de ‘Guardiões do Cerrado’, trazem consigo a ética campesina de utilização racional dos recursos naturais. São esses valores que orientam as interações e relações de mercado com seu entorno e condicionam suas práticas de subsistência, autonomia produtiva e alimentar, determinando também o valor de uso e incluindo, em sua formulação, aspectos simbólicos, princípios de solidariedade e produção familiar.

O campesinato constitui-se como uma forma social da *agricultura familiar*. Inversamente, a agricultura familiar é a dimensão técnica do campesinato, de tal forma que também reflete a transição consciente de uma sociedade de interconhecimento para uma sociedade envolvente, se abrindo para transformações e inovações, por um lado, e ao mesmo tempo reagindo, à sua maneira, na tentativa de preservar sua originalidade (WANDERLEY, 1996). Inscrita nesse cenário, a apropriação política do conceito passa a desempenhar papel estratégico no que tange à visibilização e reconhecimento de práticas agrícolas não convencionais, e ações colaborativas capazes de apresentar soluções aos desafios cotidianos do modo de vida camponês. Nesse sentido, compreendido politicamente, tem proporcionado o debate acerca de outras formas de se conceber e aplicar a agricultura, trazendo temáticas como a salvaguarda de sementes crioulas, o manejo de agroecossistemas e o reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais (SAT’s), estratégias não convencionais à soberania alimentar no contexto das mudanças climáticas.

Desenvolvimento do tema

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro” previram, inicialmente, a realização de reunião na sede da associação comunitária da Tapera. Nesse encontro, foi apresentado exemplar físico do mapa georreferenciado do assentamento, e ali, juntamente com os comunitários, elencamos quais experiências que, em seu conjunto, poderiam retratar o contexto vivido como um todo.

Após a imersão inicial supracitada, realizada em meados de outubro de 2023, foram elencadas visitas aos seguintes perfis: 1) famílias que desenvolvem sistemas agroalimentares tradicionais geraizeiros; 2) famílias que desenvolvem atividade pecuária extensiva; 3) famílias que não desenvolvem nenhuma atividade agrícola.

A presente análise focará especialmente no perfil 1. Nesses casos, percebe-se a prevalência de técnicas de manejo camponês/geraizeiro orientadas por relações específicas, de forma a criar formas de organização produtiva vinculadas ao ambiente. A policultura é praticada por intermédio de um sistema consorciado de roças, pomares, hortas e frutos nativos, enquanto a pecuária prevalece nas áreas de *manga* para pastagem e no cruzamento do gado ‘pé duro’ com outras estrangeiras, como o nelore, formando assim a espécie ‘chapadeira’, mais resistente e produtiva. As *mangas* constituem-se em áreas destinadas à alimentação bovina, em um regime consorciado que envolve o manejo das áreas sombreadas a partir de podas seletivas, mantendo os tocos no solo para adubação dos brotos, o plantio e manutenção de pastagem nativa, como o *andropogon*. São também utilizadas como áreas de

pousio para a formação de roças futuras. Ou seja, a lógica camponesa/geraizeira na sua utilização envolve uma estratégia de preservação do bioma cerrado nas próprias áreas de *manga*, com vistas a preservá-lo.

Importante destacar que, conforme aponta Bibiano (2009), “a área hoje ocupada pelo assentamento é de aproximadamente 3.800 hectares que, anteriormente, fazia parte dos 20.000 ha da fazenda de propriedade do Sr. Alcebino dos Santos – o ‘Major’ e que fora vendida à SICAFE” (pg.7). Conforme levantado no projeto “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro”, atualmente, o Assentamento Tapera conta com 53 lotes demarcados, sendo que 42 deles têm sido ocupados por 76 famílias, totalizando um quantitativo aproximado de 260 habitantes. 08 lotes tornaram-se áreas coletivas e 03 destinadas à reserva legal. A discussão acerca do processo de titulação do assentamento junto ao INCRA foi retomada em 2022, sob a condição de que seja elaborada nova carta de georreferenciamento e agrimensura, em virtude da necessidade de se melhor compreender como tem ocorrido o “domínio de fato” dos lotes após 30 anos de assentamento.

Nesse sentido, as famílias inseridas no perfil 1, muitas delas compostas por comunitários descendentes dos antigos posseiros da Fazenda Tapera, lançam mão de técnicas tradicionais de manejo pautadas na estratégia de reconversão agroextrativista, com o intuito de regenerar áreas de chapada e grotas deterioradas pelo plantio indiscriminado de eucalipto pela empresa SICAFE. Essa lógica induz a regeneração do cerrado a partir da implantação de sistemas agroalimentares tradicionais em sistema de policultura-pecuária, pelos quais roça, horta, pomar, reservas e *mangas* são manejadas de forma a garantir a produção, a coleta, o beneficiamento e a regeneração dos cursos d’água degradados.

As especificidades observadas nas famílias inscritas no perfil 1 revelam-se eficazes na prática de uma agricultura resiliente ao clima, visto que se adaptam ao contexto atual do semiárido norte-mineiro, e ao mesmo tempo combatem a degradação ambiental. A obtenção de renda a partir do extrativismo é garantida pela cooperativa agroextrativista local, focada na produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade por intermédio de um trabalho em rede com a Cooperativa Grande Sertão, situada no município de Montes Claros. É nessa conjunção entre práticas tradicionais e agricultura familiar diante de um contexto social específico que são executadas as práticas de agricultura resiliente ao clima.

Em 2023, a produção de polpas de alta qualidade traduziu-se como principal fonte de renda no Assentamento Tapera, impulsionada por 17 famílias inscritas no perfil 1. Foram produzidos e comercializados 3.216 quilos, incluindo coquinho azedo, acerola, tamarindo, cajá, maracujá nativo, umbú, cajá e manga ubá. Em termos de roça, foram cultivadas espécies crioulas de milho (BR 106 cultivado, azulado, misto, negro, dentre outros) e feijão (catador, andú, roxinho, curiango, carioquinha penca, figo de galinha), sendo que neste caso algumas famílias especializaram-se na reprodução de sementes, que são replicadas em outros territórios do Norte de Minas, por intermédio da Rede de Guardiões da Agrobiodiversidade. Ainda são produzidos, em pequena escala, queijo, requeijão e doce de leite, que possuem alto potencial medicinal devido ao gado ser criado ‘na solta’, alimentando-se de frutos nativos, ervas medicinais e capineiras, bem como farinha de goma, rapadura e óleo de pequi. Na parte da criação, ainda há porco, galinha, peru, pavão, bode, cavalo e abelha, para produção e consumo familiar.

Também foi observado dois exemplos exitosos de captação da água de chuva a partir da regeneração das áreas de chapada e escoamento via sulcos para barramentos, garantindo disponibilidade hídrica durante todo o ano. São essas famílias, integrantes do perfil 1, que mostraram os maiores índices de produção em roça e de regeneração do cerrado a partir da criação de reservas em seus lotes.

Conclusões

Espera-se que as mudanças climáticas tenham efeitos nocivos agudos sobre o cerrado. As previsões mais severas para mudança de temperatura indicam que a maior parte do cerrado experimentará um aumento de cerca de 4 graus (IPCC, 2021).

O município de Riacho dos Machados, onde está localizado o Assentamento Tapera, é um grande berço de camponeses, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Diante de um contexto de influência das mudanças climáticas no aumento da fome e do conflito pela água, há uma notória pressão nos seus modos de vida, e a pobreza e a insegurança alimentar surgem como consequência.

Das 76 famílias residentes no Assentamento Tapera, 17 ainda cultivam sistemas agroalimentares tradicionais, percentual baixo em relação ao todo, mas que tem garantido efeitos práticos de regeneração do cerrado, das suas águas e demonstrado alternativas de agricultura resiliente ao clima. Nesse sentido, torna-se urgente tecer estratégias e políticas públicas que garantam o reconhecimento e manutenção dessas práticas, bem como realizar estudos mais densos para compreender os motivos pelos quais poucas famílias têm reproduzido o modo de vida tradicional geraizeiro no território do assentamento.

Referências bibliográficas

BIBIANO, M. G. M. **“Há Terras para Plantar neste Verão?” O Assentamento Tapera e a reprodução do espaço (e da vida) na luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Geografia UFMG). 215 pgs. Belo Horizonte, 2009.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1ª ed. 1978.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.

WOORTMANN, E. **O sítio camponês**. In: Anuário Antropológico 81. Brasília/Rio de Janeiro: Ed.Unb/ Tempo Brasileiro: 1983.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. In Anuário Antropológico 87. Brasília: Ed.Unb, 1990.